

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF TWAKULILWA NATANGWE HEKANDJO

CRISE DO REGIME DE APARTHEID DA ÁFRICA DO SUL E CRISE DO REGIME DE APARTHEID NA
NAMÍBIA

Rio de Janeiro

2022

CF TWAKULILWA NATANGWE HEKANDJO

CRISE DO REGIME DE APARTHEID DA ÁFRICA DO SUL E CRISE DO REGIME DE APARTHEID NA
NAMÍBIA

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Obara Barbosa
Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, dedico este estudo ao Deus Todo-Poderoso que me concedeu toda a energia e sabedoria para realizar o desenvolvimento deste trabalho. À minha esposa Lylie Hekandjo, que tem sido minha fonte de inspiração e por sempre me encorajar ao longo do meu ano acadêmico.

Desejo expressar meu sincero apreço e gratidão às seguintes pessoas por seu apoio e contribuição na conclusão do meu estudo.

O CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima , o meu orientador, pelas orientações, disponibilidade e principalmente, incentivo. As suas orientações contribuíram sobremaneira para o resultado deste trabalho.

Aos meus familiares pelo amor incondicional, paciência, apoio e assistência durante o estudo deste trabalho e todas as pessoas que participaram deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo de comparar as relações entre as pressões externas e internas que incidiram sobre os Governos da África do Sul e Namíbia. Analisamos como os atores internacionais influenciaram o sistema político e social, durante ao Apartheid, que passou a ser considerado um crime contra a humanidade para ONU em 1966, bem como refletimos sobre a formação de um novo sistema de segregação racial. O Apartheid, aconteceu entre 1948-1994, devido ao Partido Nacional que colocou segregações em toda a África do Sul para manter os brancos mais superiores. O apartheid causou separações entre as raças e crise nos países. Os não-brancos foram transferidos das áreas brancas para as áreas rurais. Ele foi um sistema de opressão racial institucionalizado que existiu na África do Sul e no Sudoeste Africano (Namíbia). Para isso, foi abordado o conceito de crise do apartheid, especialmente para lidar com o racismo, elemento fundamental do Apartheid. A institucionalização do Apartheid e as pressões da comunidade internacional e interna foram analisadas a partir da perspectiva da teoria comparativa. Destacou-se a questão das identidades, a evolução e influência das políticas internacionais nos dois países, a não superação das marcas deixadas pelo Apartheid.

Palavras-chave: Crise do Apartheid; Crise do Regime de Apartheid na África do Sul e Crise do Regime de Apartheid na Namíbia; sistema de segregação racial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa da Africa do Sul.....	50
Figura 2 -	Mapa da Namíbia.	51
Figura 3 -	Mapa da Africa do Sul e Namíbia.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAM -	Anti-Apartheid Movement
CNA -	Congresso Nacional Africano
COSATU -	Congresso dos Sindicatos sul-africanos
EUA -	Estados Unidos da América
FRELIMO -	Frente de Libertação de Moçambique
MK -	Umkhonto We Sizwe
MPLA -	Movimento Pela Libertação de Angola
ONU -	Organização das Nações Unidas
OPC -	Popular de Ovamboland
OPO -	Organização Popular de Ovamboland
OUA -	Organização da Unidade Africana
PAC-	Pan African Congress
SA -	África do Sul
SWA -	Sudoeste Africano
SWANU -	Sudoeste Africano
SWAPO -	South West People's Organization
UNIN -	Instituto das Nações Unidas para a Namíbia
UNITA -	União Nacional pela Independência Total de Angola
UNTAG -	UN Transitional Assistance Group (Grupo Transicional de Auxílio da ONU)
WCG -	Western Contact Group
ZANU/PF -	Zimbabwe African National Union- Patriotic Front

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	MODELO TEÓRICO DE PETER EVANS	10
2.1	HISTÓRICO SOBRE PETER EVANS.....	10
2.2	A ABORDAGEM INTEGRATIVA À POLÍTICA INTERNACIONAL E DOMÉSTICA.....	11
3	APATHEID NA AFRICA DO SUL	15
3.1	CRISE DO REGIME DO APARTHEID NA AFRICA DO SULO SUL.....	20
3.2	O FIM DO APARTHEID E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA SEGREGAÇÃO RACIAL.....	24
4	APATHEID NA NAMÍBA	27
4.1	CRISE DO REGIME DE APARTHEID EM NAMÍBIA.	31
4.2	FIM DO MANDATO SUL-AFRICANO NA NAMÍBIA.....	34
5	COMPARAÇÕES DO APARTHEID À DEMOCRACIA EM ÁFRICA DO SUL E NAMÍBIA....	39
6	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	48
	ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos na África são basicamente motivados por disputas territoriais; golpes de Estado, que geram crises políticas; rivalidades tribais, motivadas por questões étnicas ou religiosas; disputas por água e recursos minerais; e imersão do povo na miséria.

A ocupação ilegal do Sudoeste Africano(Namíbia desde 1968) pela África do Sul e o sistema de apartheid¹ que o Partido Nacional estabeleceu em 1948 foram dois dos problemas mais sérios geradores de conflitos internacionais na África durante as últimas seis décadas do século XX (Guelke, 2005). Os objetivos domésticos são perseguidos por meio de movimentos internacionais, e a politicagem doméstica é central para a negociação internacional. O papel dos fatores internacionais e domésticos na determinação dos resultados é simultâneo e mútuo.

A ONU, de forma determinada e consistente, desempenhou um papel crucial na descolonização da Namíbia e no desmantelamento do apartheid na África do Sul. Não foi o único ator nesse sentido e devemos dizer que foi a ação combinada da comunidade internacional por meio da ONU e dos estados africanos dentro da Organização de Unidade Africana (OUA)² que acabou levando à retirada da África do Sul da Namíbia e ao término de seu apartheid política. O crédito também deve ser dado aos povos da Namíbia e da África do Sul e seus movimentos de libertação liderados pela SWAPO e pelo CNA, respectivamente.

¹ Apartheid: significar separação em africâner. O termo adotado pelo Partido Nacional na sua eleição de 1948 bem-sucedida tentativa de governar o país. Estabelecido como uma política separar fisicamente todas as raças dentro do Sul África numa hierarquia de poder com os brancos no top e africanos no inferior,. Nancy L. Clark and William H Worger,2011, P.10.

² Organização da Unidade Africana (OUA) Organização intergovernamental. Fundado em 1963, visa salvaguardar os interesses e a independência de todos os estados africanos, incentivar o desenvolvimento do continente e resolver disputas entre os estados membros.

O Apartheid foi uma rigorosa legislação separatista implantada na África do Sul (SA) que colocou segregações em todo país para manter os brancos mais superiores e causou separações entre as raças. Porém, em 1960, as leis do apartheid foram estendidas à Namíbia e impediam que os namibianos negros tivessem quaisquer direitos políticos, bem como restringiam as liberdades sociais e econômicas. O apartheid trouxe violência e um significativo movimento de resistência interna, bem como um longo embargo comercial contra a África do Sul. Uma série de revoltas populares e protestos causaram o banimento da oposição e a detenção de líderes antiapartheid. Dessa forma, o apartheid foi rotulado como um crime contra a humanidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966.³

Entre 1967 e 1989, sob a iniciativa de países africanos independentes como Gana, Guiné, Etiópia e Libéria, a ONU embarcou em campanhas internacionais, apelando à opinião pública mundial para pressionar seus governos em uma tentativa de acabar com o regime do apartheid na África do Sul (Souare 2006).⁴ A OUA também reforçou sua pressão sobre o regime do apartheid, aumentando seu apoio aos movimentos de libertação. No caso da África do Sul, no entanto, o governo do Partido Nacional estava tão entrincheirado em uma posição inatacável que para superar sua obsessão com sua ideologia era preciso muito mais do que uma luta meramente local.

A imposição regional e internacional teve que ser aplicada para superar o monstro do apartheid. Este estudo de comparação pode, portanto, servir para enfatizar a conclusão de que para anular e eliminar uma violação grave dos direitos humanos pode ser necessário nada menos do que um ataque nacional e internacional combinado. Dessa forma, o propósito deste

³ Guelke, 2005, p. 31.

⁴ Souare 2006, p. 86.

trabalho é comparar as relações entre as pressões externas e internas que incidiram sobre os Governos da África do Sul e da Namíbia entre os anos de 1908 e 1994 e responder, quais as similaridades e singularidades entre as crises dos regimes de Apartheid da África do Sul e da Namíbia. Para tal, utilizamos como objeto a Crise do Regime de Apartheid da África do Sul e Crise do Regime de Apartheid na Namíbia em 1908 – 1994.

Para atingir o referido propósito, organizamos a pesquisa em seis capítulos, sendo quatro de desenvolvimento, além da Introdução e Considerações Finais. No segundo capítulo, será estudada a teoria de Peter Evans (*Double-Edged Diplomacy: International Bargaining and Domestic Politics*), mas antes apresentaremos um breve histórico sobre a sua vida. Após isso, ainda no capítulo dois, abordaremos integração de teorias domésticas e política internacional.

No terceiro capítulo, realizaremos o estudo do surgimento do regime do apartheid na África do Sul com os principais antecedentes históricos. Em seguida, o desafio e repressão durante apartheid e por último a Crise do regime apartheid na África do Sul. No quarto capítulo, realizaremos o estudo do surgimento do regime do apartheid na Namíbia com os principais antecedentes históricos. Em seguida, o desafio e repressão durante apartheid na Namíbia e, por último, a Crise do regime.

Já no quinto capítulo, dedicar-nos-emos à comparação da realidade histórica estudada com o modelo teórico de Peter Evans, em relações entre as pressões externas e internas que incidiram sobre os Governos da África do Sul e Namíbia, além de verificar as similaridades e singularidades entre as crises dos regimes de Apartheid da Namíbia e África do Sul. Por fim, no sexto capítulo, vamos expor as principais conclusões levantadas e abordadas no trabalho e a utilização em outros modelos históricos.

2 MODELO TEÓRICO DE PETER EVANS

Como intuito de fundamentar as análises e conclusões do trabalho, escolhemos, como teórico de apoio, o professor norte americano Peter Evans e passaremos a partir deste capítulo, a abordá o seu pensamento.

Este olhar original sobre a dinâmica das relações internacionais desvenda a vigorosa interação da política doméstica e internacional em assuntos tão diversos como desarmamento nuclear, direitos humanos e comércio. Um eminente grupo de cientistas políticos demonstra, como a barganha internacional, que reflete as agendas políticas domésticas podem ser desfeitas quando ignoram a influência dos eleitorados domésticos.

Este capítulo está estruturado em duas seções: na primeira, um breve histórico sobre a vida do teórico escolhido, mostrando o que ele representa para o tema em questão; na segunda, apresentaremos as definições de Diplomacia de dois gumes: Integração de teorias domésticas e política internacional, abordando suas principais características.⁵

2.1 HISTÓRICO SOBRE PETER EVANS

Peter B. Evans (nascido em 1944) é mais conhecido por seu trabalho sobre a economia política comparada do desenvolvimento nacional. Ele é membro do corpo docente em Relações Internacionais e Públicas do Watson Instituto para Relações Internacionais e Públicas da Universidade de Brown e professor emérito de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley. Evans recebeu seu bacharelado *magna cum laude* da Universidade de Harvard, mestrado pela Universidade de Oxford, mestrado e doutorado por Harvard. Ele é um sociólogo

⁵ Evans, 1998, p. 397.

político, cujo trabalho se concentra na economia política comparada do desenvolvimento e da globalização.

Publicou extensamente sobre relações Estado-sociedade, desenvolvimento econômico industrial no Brasil e na América Latina, sociedade civil e questões de desenvolvimento internacional. Seu trabalho é, portanto, também relevante para a literatura de pesquisa em economia política internacional. Evans é ativo na seção da Associação Americana de Sociologia sobre Movimentos Trabalhistas e Trabalhistas e atuou como presidente dessa seção.

Ele também é membro do conselho do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. No ano de 2000, Evans foi cofundador do *the Other Canon*, um centro e rede de pesquisa em economia heterodoxa, com travessões entre outros Erik Reinert, presidente executivo e principal fundador. Evans lecionou na Universidade de Oxford, na Universidade do Novo México, na Universidade de Brasília e no Colégio Kivukoni na Tanzânia. Nos últimos anos, ele concentrou a sua atenção no estudo de movimentos de globalização alternativos e contra-hegemônicos.

Veremos, a seguir, o significado e as características fundamentais da abordagem integrativa da política domésticas e internacional.

2.2 A ABORDAGEM INTEGRATIVA À POLÍTICA DOMÉSTICA E INTERNACIONAL

Poder e dominação são dois fenômenos típicos das relações sociais, e também das relações estatais, que estão sempre presentes em qualquer sistema político, nacional ou internacional, e que permeiam qualquer nível de análise e de reflexão sobre os mecanismos de funcionamento das sociedades e dos Estados membros da comunidade internacional.

Entretanto as barganhas internacionais não são simplesmente sobre relações entre estado e o ator nas relações internacionais. São também sobre a distribuição de custos e benefícios entre os grupos domésticos e sobre a opinião nacional dividida sobre a melhor forma de se relacionar com o ambiente externo. As possibilidades de acordos internacionais, bem como seu conteúdo, são determinadas conjuntamente por fatores nacionais e internacionais (Evans, 1993).⁶

Essa perspectiva básica fundamenta uma abordagem integrativa para pensar as relações internacionais e a política doméstica, mas uma perspectiva integrativa deve ir além de adicionar restrições domésticas às equações internacionais. Se os negociadores agem estrategicamente, então a barganha é um processo iterativo, moldado simultaneamente pela busca de ganhos internacionais e pela dinâmica política de ratificação doméstica (Andrew Moravcsik, 1993, p. 5).

A negociação internacional deve ser vista como um processo de dois gumes em que cada ator tenta levar em conta as reações esperadas tanto em nível doméstico quanto internacional.⁷ Os acordos em nível internacional mudam o caráter das restrições domésticas, enquanto o movimento da política doméstica abre novas possibilidades para os acordos internacionais.

Os objetivos domésticos são perseguidos por meio de movimentos internacionais, e a politicagem doméstica é central para a negociação internacional. O papel dos fatores internacionais e domésticos na determinação dos resultados é simultâneo e mútuo. Os estudos em Diplomacia de dois gumes fornecem um passo importante para promover uma

⁶ The possibility of international accords, as well as their content, are jointly determined by domestic and international factors. *Double-Edged Diplomacy*, (Evans, 1993, p. 397).

⁷ Putnam, 1993, p.436.

compreensão mais completa de como a política entre estado e o ator nas relações internacionais e vice-versa (Robert D. Putnam, 1993). O resultado é um novo e surpreendente paradigma para compreender os eventos mundiais em um momento em que o global e o doméstico estão se tornando cada vez mais ligados.

As explicações internacionais assumem que os Estados-nação são atores unitários respondendo a incentivos externos. Historiadores diplomáticos do século XIX falavam da "primazia da política externa; hoje, os cientistas políticos descrevem o estado como uma "bola de bilhar" (Moravcsik, 1993, p. 5). A teoria mais respeitável das relações internacionais, que data de Tucídides e Maquiavel, é a teoria realista, abordagem que enfatiza o papel preeminente do poder nas relações.⁸ Nos últimos anos, explicações internacionais ou sistemáticas têm mais intimamente associado a herdeiros "neo-realistas" dessa abordagem, primeiro Kenneth Waltz.⁹

Em ambas as teorias, os resultados mudam apenas em resposta a mudanças restrições externas, não mudanças domésticas. Os atributos internos de Estados, observou um teórico, são dados por suposição em vez de tratados como variáveis. Especificamente, assume-se que os estados têm estabilidade e preferências domésticas amplamente semelhantes, procedimentos de tomada de decisão e habilidades para extrair recursos da sociedade. Eles se distinguem apenas pela sua posição relativa no sistema internacional.

As explicações domésticas, ao contrário, localizam os determinantes da política e

⁸ O paradigma realista impôs uma nova ordem hegemônica na política internacional, configurando aspectos do sistema internacional da chamada Guerra Fria. A hegemonia do realismo se dá no sentido etimológico de liderança e também, no sentido de dominação (Moravcsik, 1993, p. 5).

⁹ O neorealismo sustenta que a natureza da estrutura internacional é definida pelo seu princípio de primeira ordem a anarquia e pela distribuição de recursos (medidos pelo número de grandes potências no sistema internacional).

relações internacionais no próprio Estado-nação (Moravcsik, 1993, p. 5). O comportamento do Estado não responde ao sistema internacional; ela o constitui. Diante de desafios comuns, os estados podem reagir de maneira muito diferente. Esse Introdução ponto de vista traça suas raízes de volta a uma série de fontes, incluindo o liberaltradição de Immanuel Kant, John Stuart Mill e Woodrow Wilson, que enfatizou que, em políticas democráticas, políticas externas, como políticas, estão sujeitas a debates e deliberações domésticas.¹⁰

Ao buscar integrar a política doméstica e internacional, a maioria dos sistemas teóricos recuam para a metáfora da política doméstica como um imperfeito correia de transmissão que introduz desvios da resposta racional a imperativos externos. Muitos teóricos favorecem essa abordagem, porque ela continua a privilegiar a teoria sistêmica, em que permite que a política doméstica entrar na análise como uma influência independente, mas claramente secundária, sobre política.

A política doméstica e as relações internacionais são muitas vezes inextricavelmente ligadas; no entanto, as teorias existentes (particularmente as estatocêntricas) não consideram adequadamente essas ligações. Quando os líderes nacionais precisam obter a ratificação (formal ou informal) de membros de seus parlamentos para um acordo internacional, seu comportamento nas negociações reflete os imperativos simultâneos de um jogo político doméstico e internacional.

¹⁰ O liberalismo é uma filosofia política e moral baseada nos direitos do indivíduo, na liberdade, no consentimento, Kenneth N. Waltz, *Man, the State, and War: A Theoretical Analysis* (New York: Columbia University Press, 1959).

3 APATHEID NA ÁFRICA DO SUL

Para que possamos entender o regime de apartheid na África do Sul e sua inserção econômica e política nas relações internacionais, apresentaremos uma breve análise histórica do país.

A história da África do Sul moderna pode ser rastreada até a colonização da região por numerosos povos africanos, europeus e asiáticos ao longo dos séculos. A região foi o local de alguns dos maiores e mais complexos reinos africanos do continente. Os escravos eram importados principalmente para a África do Sul, e não para fora, em contraste com o resto do continente africano.

No século XIX, a África do Sul se tornou a região mais rica do continente com a descoberta de diamantes e o maior depósito de ouro conhecido do mundo. Essa combinação de fatores de diversidade, poder e riqueza criou a estrutura para os eventos que levariam à introdução do apartheid em 1948.

Desde 1795, holandeses e ingleses se alternavam no controle da região. A briga pela posse só terminou com as Guerras dos Bôeres em 1902, vencida pelo Reino Unido.¹¹ O país reconheceu a independência da África do Sul em 31 de maio de 1910 e oficializou a soberania em 1931, mas manteve leis que, informalmente, preservavam a segregação racial (Clark and Worger, 2011).

A segregação é discriminação racial praticada na África do Sul de 1910 a 1948. Separou juridicamente as raças em benefício dos descendentes de europeus e em detrimento

¹¹ A nomenclatura “bôer” foi estabelecida pelos ingleses para os colonos holandeses e, em menor parte, alemães e franceses (Clark and Worger, 2011).

dos descendentes de africanos. As políticas de segregação afetaram os direitos dos africanos de possuir terras, viver ou viajar para onde quisessem e desfrutar de segurança no emprego. No entanto, a discriminação racial não começou na África do Sul em 1948. De fato, pode ser rastreada até o início da colonização holandesa do Cabo da Boa Esperança, em 1652, e o estabelecimento posterior de uma economia baseada no uso de escravos importados da África Oriental e Sudeste da Ásia (Clark and Worger, 2011).¹²

Em 1947, o Partido Nacional liderado por Malan¹³ venceu as eleições e, em 1948, consolidou a segregação com leis que limitavam os direitos da população negra e favoreciam a minoria branca (menos de 20% da população, na época), assim nasceu o Apartheid, a institucionalização do preconceito racial, garantindo só aos brancos um padrão de vida.¹⁴ Portanto, essas leis afetavam todos os aspectos da vida dos negros e, partir de 1949, eles foram proibidos de casar ou se misturar com os brancos e surgiu a obrigação para eles de carregar uma identificação de seu grupo racial. Malan colocou em prática o ideário purificado de seu partido por meio de uma série de leis, que barravam ou limitavam consideravelmente o acesso dos negros e outras raças ao trabalho, moradia, uso da terra, educação, serviços de saúde e representação política.

As vítimas do Apartheid estudavam em uma escola diferente da dos brancos, com conteúdo planejado para mantê-los na classe trabalhadora e frequentar universidades era proibido. A peça central da estratégia do apartheid era a crença de que a separação completa

¹² Utilizaremos o termo *africânder* como tradução da língua portuguesa para *afrikaner*. Utilizaremos esse conceito em substituição ao termo “*bôer*” a partir da unificação sul-africana, em 1910, justamente pelo termo estar mais associado à consolidação de uma ideologia nacional a partir desse marco histórico e fundação do Partido Nacional, em 1914.

¹³ Daniel François Malan foi um político sul-africano que serviu como o quarto primeiro-ministro da África do Sul de 1948 a 1954. O Partido Nacional implementou o sistema de apartheid, que impôs leis de segregação racial, durante seu mandato como primeiro-ministro, Clark & Worger, 2011, p. .

¹⁴ Clark & Worger, 2011, p 3.

de todas as raças e grupos étnicos garantiria estabilidade e controle (Smith, 1988). Políticos nacionalistas acreditavam que africanos, índios e mestiços aceitariam condições em suas comunidades se seu contato com a África do Sul branca fosse limitado (Clark and Worger, 2011, p. 69).

Diante do exposto, grupos de resistência ao Apartheid começaram a surgir desde 1949 e sempre foram enfrentados com violência pelas autoridades. No dia 21 de março de 1960, ocorreu um protesto pacífico organizado pelo Congresso Pan-Africano (CPA), na cidade de Sharpeville. O protesto se deu em reação à “Lei do Passe”, que restringia o direito de ir e vir dos negros e *coloureds*¹⁵ na África do Sul. A polícia sul-africana reprimiu fortemente os manifestantes, deixando 69 mortos e aproximadamente 180 feridos. Após este fato, foi decretado que o CPA era um movimento ilegal (Clark and Worger, 2011).

Com efeito, a data tornou-se um marco do Apartheid, tendo em vista que foi a partir dela que a comunidade internacional passou a posicionar-se contra o governo de Henrick Verwoerd, presidente sul-africano naquela ocasião. O Massacre de Sharpeville, como ficou conhecido, provocou protestos em diversas partes do mundo. Nos dias seguintes, o governo declarou estado de emergência. Cerca de 18 mil pessoas foram detidas e os grupos de resistência, desmantelados. Mesmo com a atração de uma atenção negativa para o país após o Massacre de Shaperville, a África do Sul conseguiu manter-se muito bem economicamente (Clark and Worger, 2011).

A confiança no país das riquezas minerais inesgotáveis, salários baixos e lucros

¹⁵ O Grupo populacional que surgiu no Cabo nos séculos XVII e XVIII como resultado do contato entre africanos, malaios e europeus. Apesar da herança europeia parcial, sujeita à maioria das restrições legais do apartheid, Clark & Worger, 2011, p. 13.

compensadores resistia às pressões feitas por outros países contra o Apartheid.¹⁶ Como a África do Sul foi o país mais rico de toda a África Austral no período do Apartheid, principal produtora mundial de ouro e diamantes. Era essa a fonte de riqueza na qual se baseava a estabilidade política sul-africana. Apesar desse situação de segregação racial, a população negra e mestiça tinham renda per capita superior à de qualquer outro país africano.

Em face da realidade a que foram subjugados, os negros passaram a se organizar de modo mais sistemático para dar fim ao Apartheid. Dentre seus principais líderes estavam Nelson Mandela e Oliver Tambo. Eles já haviam criado o Congresso Pan-Africano (PAC) e contavam também com o antigo Congresso Nacional Africano (CNA).¹⁷ Ambas as instituições foram declaradas ilegais pelo governo, após o número de protestos e manifestos terem aumentado significativamente pelo país. Por todo o país eclodiram movimentos estudantis e organizações lutando pela causa negra. O CNA transferiu sua sede para Lusaka, na Zâmbia, e passou a utilizar de técnicas de guerrilhas contra o governo sul-africano, causando sabotagem no país. Nelson Mandela, juntamente com outros membros do CNA, viajou para diversas partes do continente africano, na tentativa de angariar apoio para a causa negra. Todavia, foi preso em 1964, juntamente com outros membros do CNA, e sentenciado a prisão perpétua em Robben Island¹⁸ como mostra a FIG. 1 (ANEXO A), uma ilha próxima à Cidade do Cabo, que

¹⁶ A Anglo-American Corporation capitaneou a retomada dos investimentos, fazendo negócios por meio da aquisição de ações em baixa. O Chase Manhattan Bank, de David Rockefeller, emitiu sinais positivos para todo o sistema financeiro internacional ao conceder volumosos empréstimos quando todos os principais grupos bancários se retraíam". Ibidem, p. 57.

¹⁷ Congresso Nacional Africano (ANC): Formado em 1912 como o Congresso Nacional Nativo da África do Sul (renomeado Congresso Nacional Africano em 1923). Estabelecido originalmente para protestar contra a discriminação racial e para apelar à igualdade de tratamento perante a lei. Declarado ilegal em 1960 sob os termos da Lei de Organizações Ilegais. Não banido em 1990. Garantiu a maioria dos votos nas eleições nacionais de 1994 e formou o governo com Nelson Mandela como presidente, Clark & Worger, 2011, p. 24.

¹⁸ Robben Island: Local da prisão onde Nelson Mandela e outros opositores do apartheid seriam encarcerados no século XX. Em frente à Cidade do Cabo, também foi usada pela primeira administração holandesa nos séculos XVII e XVIII como prisão para opositores políticos exilados da atual Indonésia, a maioria deles seguidores do Islã,

funcionava como prisão de segurança máxima na época do Apartheid. Entretanto, mesmo com Mandela preso, a luta pela igualdade na África do Sul não cessou. Winnie Mandela, esposa de Nelson Mandela, e companheiros do CNA que ainda estavam em liberdade, continuaram empenhados na tentativa de acabar com a segregação, incentivando protestos pacíficos e não-pacíficos contra leis discriminatórias que eram criadas pelo governo, incentivando movimentos estudantis que apoiassem a causa e pessoas que já não aceitavam mais a situação de segregação no país.

No final da década de 1970, a África do Sul começou a perder apoio de seus principais aliados no que se refere ao seu antigo sistema político. Portugal, um dos principais aliados políticos da África do Sul no continente africano, renunciou a suas colônias, Angola e Moçambique. Na Rodésia, atual Zimbábue, o sistema de segregação racial também estava terminando. Além disso, a África do Sul se encontrava em um contexto de oposição ao cenário mundial daquela época.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (2 Setembro 1945), a criação das Nações Unidas em 1945 e a preocupação com a Guerra Fria (1947), as estados não viam com “bons olhos”, um sistema de segregação racial. O contexto político e social do mundo havia mudado. “As profundas mudanças na conjuntura internacional, ligadas às políticas externas de Mikhail Gorbachev, empurravam Pretória para uma situação de isolamento diplomático.¹⁹ Facções de resistência formadas por diferentes grupos étnicos começaram a organizar greves em serviços básicos.

Clark and Worger, 2011, p. 12.

¹⁹ Mikhail Sergeyevich Gorbachev é um político russo e ex-soviético. O oitavo e último líder da União Soviética, ele foi o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética de 1985 a 1991.

3.1 A CRISE DO REGIME DO APARTHEID NA AFRICA DO SUL

Com o fim do império português na África (1975) e a queda do governo de minoria branca na Rodésia, atual Zimbábue (1980), o domínio branco na África do Sul entrou em crise. Esses fatos intensificaram as manifestações populares contra o apartheid. A Organização das Nações Unidas (ONU) tentou dar fim à política praticada no país.

A Revolta de Soweto de 1976 mudou o cenário político da África do Sul para sempre. A resistência se intensificou, a pressão internacional contra o governo aumentou e a economia entrou em sério declínio. O governo sul-africano começou a se sentir cada vez mais ameaçado. Em 1978, P. W. Botha sucedeu B.J. Vorster como primeiro-ministro. P.W. Botha estava determinado a manter a África do Sul sob controle branco. Seu governo acreditava que a África do Sul branca estava sob ameaça das forças comunistas tanto dentro de fora da África do Sul. Ele chamou essa ameaça de 'ataque total'. A resposta de Botha ao 'ataque total' foi 'estratégia total' (Price, Robert M, 1991).

A decisão de embarcar em um processo de solução negociada pelos líderes de ambos os lados da divisão resultou de várias pressões e incentivos que aconteceram ao longo do tempo. Durante a década de 1980, o governo do apartheid ficou sob crescente pressão interna e externa. Conforme, no início da década, o governo do Partido Nacional (NP) enviou alguns sinais de que estava pronto para oferecer concessões, mas não havia nenhuma intenção seria de dismantelar o apartheid ou mesmo mexer nos princípios centrais da ideologia do apartheid. Políticas para pacificar comunidades e líderes 'moderados' de cor, índios e negros foram introduzidas, mas o presidente P. W. Botha recusou-se firmemente a conversar com qualquer um dos líderes negros genuínos, como o CNA.

Externamente, as Nações Unidas decidiram por medidas punitivas em relação ao

país. Sanções internacionais foram ativadas nas áreas de finanças, comércio, indústria, esporte, mídia e comunicações, não apenas pela ONU, mas também bilateralmente pelos principais parceiros comerciais e econômicos da África do Sul. Em meados da década de 1980, muitas das maiores empresas do mundo haviam desinvestido da África do Sul.

Internamente, a agitação estava aumentando e organizações de resistência de base começaram a surgir nos bairros negros, enquanto protestos estudantis cada vez mais militantes desencadeavam novas ondas de turbulência e violência. Em 1985, a situação dentro do país atingiu um ponto de crise com revoltas, greves, boicotes e resistência armada atingindo níveis sem precedentes. Grupos reformistas e a mídia começaram a pedir uma nova abordagem para resolver a tensão crescente.

Diante do conteúdo apresentado, podemos observar que os conflitos evoluíram com o tempo, principalmente devido às transformações políticas, econômicas e sociais do mundo. A globalização vem gerando novos desafios para o Estado, pois passou a permitir que diversos grupos se integrassem por meio do avanço da tecnologia e passassem a ter influência em âmbito internacional.

Diante do fato, em resposta ao que ele chamou de "ataque total" contra o regime do apartheid, Botha seguiu uma "estratégia total", que buscava remover as razões da agitação proporcionando alívio social para pacificar a raiva da maioria negra enquanto ignorava sua política aspirações e direitos. O exército foi mobilizado para ajudar a reprimir os protestos nos municípios e Botha declarou estado de emergência em algumas partes do país. Ele tinha uma grande crença na primazia dos militares à frente de outras instituições governamentais e o empregou para fornecer o apoio social, em que outros departamentos do governo não prestavam serviços nas áreas negras. A lacuna entre os brancos e outras comunidades não

resultou apenas em padrões de vida mais baixos, mas também ameaçou vidas. A taxa de mortalidade de 68 crianças africanas e mestiças foi 13 vezes maior do que a de brancos. Cerca de 25% das crianças africanas e mestiças morreram antes do primeiro aniversário.²⁰

Em agosto de 1985 ele fez um discurso em Durban no qual muitos esperavam que ele anunciasse grandes reformas nas políticas do apartheid, mas na verdade ele o usou para dizer ao mundo que seu governo não se submeteria a nenhuma pressão de dentro ou de fora do país, e vá sozinho, se necessário. Ele ainda não estava preparado para abrir negociações com os representantes da maioria da comunidade negra. Para Nelson Mandela e outros que ainda estavam presos, sua condição era simples: eles tiveram que renunciar à violência antes que as negociações pudessem começar. No entanto, nesse período, o governo iniciou reuniões muito secretas com Mandela, que teve quase 50 encontros com representantes do governo em 1990. Para Mandela, o processo de conversar secretamente com o governo poderia ter sido condenado pelo resto da liderança do ANC, mas parece que ele queria convencer Botha de que o ANC não era um movimento terrorista.

Enquanto isso, a violência continuou a se espalhar e Botha declarou estado de emergência nacional, em junho de 1986, com poderes mais draconianos do que o anterior. Em resposta, a Frente Democrática Unida (UDF) foi formada para mobilizar todos os apoiadores do ANC que não estavam presos ou no exílio. Sua estratégia para tornar o país ingovernável foi muito eficaz e as forças de segurança do governo foram sobrecarregadas em sua capacidade de conter a agitação. Este se tornou o pior período dos anos do apartheid pela escalada de violência por e contra o estado, mas também houve engajamento ativo de

²⁰ Clark and Worger, 2011, p. 69.

proeminentes sul-africanos como o arcebispo Desmond Tutu, que lutou contra o apartheid a partir de uma base moral. Eles o fizeram não apenas dentro do país, mas também no cenário internacional.

Na segunda metade da década de 1980 a pressão foi realmente sentida. Até os parceiros econômicos mais próximos da África do Sul o estavam abandonando. Os EUA, por exemplo, instituíram uma ampla lei de sanções durante 1986, que teve um grande efeito sobre todas as empresas norte americanas que permaneceram na África do Sul. A sua retirada forçada da economia sul-africana, juntamente com as novas pressões das instituições multilaterais, teve um impacto negativo significativo na economia, que era mais dependente do comércio internacional e do investimento.

Os anos mais violentos dos anos 1980 foram os de 1985 a 1988, quando o governo P. W. Botha começou uma campanha para eliminar os opositores. Por três anos, a polícia e os soldados patrulharam as cidades sul-africanas em veículos armados, destruindo campos pertencentes a negros e detendo, abusando e matando centenas de negros. Rígidas leis de censura tentaram esconder os eventos, banindo a mídia e os jornais. Aliados mais próximos do governo começaram a levantar suas vozes também.

A Afrikaner Broederbond (irmandade Afrikaner), que durante décadas foi considerada um dos instrumentos mais influentes por trás do apartheid, começou a defender a mudança abertamente por meio de seu líder, Pieter de Lange. O mesmo aconteceu com alguns líderes da igreja como Johan Heyns, moderador da Igreja Reformada Holandesa que era por muitos vista como 'a igreja por trás do apartheid'.

Enquanto a grande maioria do governo viu a necessidade de mudança, Botha resistiu. Mas em fevereiro de 1989 ele sofreu um derrame e deixou o cargo de líder do NP.

F.W. De Klerk, que nunca fez parte do círculo íntimo de Botha, foi eleito em seu lugar como líder do partido e começou a se preparar para assumir a presidência (Clark and Worger, 2011).²¹ Apesar de ser visto como conservador, ele imediatamente se engajou em conversas com reformistas no país e no exterior para buscar conselhos e planejar sua liderança. Qualquer um dos candidatos para suceder Botha teria feito o mesmo.

O que nós devemos entender é que o governo sul-africano sentiu uma pressão muito maior sobre o controle da violência política dentro do país do que de fora. A principal preocupação desde o início foi toda a questão da luta armada e como iniciar o processo de negociação, que levou muito tempo.

3.2 O FIM DO APARTHEID E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA SEGREGAÇÃO RACIAL

Em 1990, Frederick de Klerk se tornou Presidente da África do Sul. Este recebeu o cargo da presidência em um momento extremamente delicado no que diz respeito à situação política sul-africana. De Klerk era um civil, um democrata e um pragmático que compreendia a necessidade de mudança (Adrian Guelke, 2005).

Na tentativa de melhorar a situação do país, de Klerk suspendeu o banimento de partidos e organizações que antes eram considerados ilegais, sentenças de pena de morte, o “Estado de Emergência”, os exilados foram aceitos no país e presos políticos ganharam liberdade. A situação política e social na África do Sul começou a mudar de forma radical após 40 anos de um rígido sistema de segregação racial. Nelson Mandela foi liberto em fevereiro de 1990. Seu retorno ao convívio com a sociedade foi considerado um marco no processo de

²¹ De Klerk, Frederik Willem (1936): Primeiro-ministro e presidente do estado (1989–1994). Como primeiro-ministro, suspendeu a proibição ao ANC e libertou Mandela da prisão. Iniciou negociações que levaram a eleições multirraciais em 1994 e creditou a derrubada da maioria das leis do apartheid.

transição da segregação racial para a democracia sul-africana.

De Klerk esperava que a África do Sul colhesse os frutos dessa mudança e, na preparação para a decisão, ele se envolveu com líderes mundiais que lhe prometeram sucesso, caso a África do Sul seguisse esse caminho. Uma das pessoas que influenciou muito positivamente a decisão de De Klerk foi a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, que havia seguido uma política controversa de engajamento construtivo com a África do Sul, e seu incentivo foi, sem dúvida, um grande incentivo para agir. Nos observamos que ele se encontrou com ela pelo menos duas vezes durante o período em que foi líder do partido antes de se tornar presidente.

O papel que o então embaixador britânico, Robin Renwick, desempenhou foi enormemente significativo na transmissão de mensagens ao governo sul-africano em nome do governo britânico.

Finalmente em 1994, após a adoção de uma Constituição Interina²², as primeiras eleições democráticas na África do Sul aconteceram. Nelson Mandela foi eleito o novo presidente do país, prometendo um país onde todos teriam direitos iguais independentemente da cor da pele. Em dezembro de 1996 a nova Constituição sul-africana – Constituição da República da África do Sul – foi escrita e entrou em vigor em fevereiro do ano seguinte, representando formalmente o fim do Apartheid (United Nations, 1994,p. 50).²³

O conflito político interno foi decisivo para trazer o PN para a mesa de negociações. Jovens e estudantes, após uma revolta juvenil que começou em Soweto em 1976, foram uma

²² A assembleia redigiria uma nova constituição e serviria a um parlamento. Pouco depois da meia-noite de 18 de novembro, houve um acordo sobre uma constituição provisória. Esta seria a lei da terra até que uma constituição final fosse escrita. Estávamos à beira de uma nova era. MANDELA, Nelson Rolihlahla. Op. cit., p. 146

²³ TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DA ÁFRICA DO SUL. A Constituição da República da África do Sul, 1996. Em: Acesso em 05 de outubro de 2009.

força implacável de mudança. Os sindicatos negros independentes em 1985 formaram uma formidável federação alinhada ao ANC mais tarde Congresso dos Sindicatos sul-africanos (COSATU) que acabou por ser capaz de paralisar a economia. Adotado pelo bem-sucedido Partido Nacional Africânder como slogan nas eleições de 1948, o apartheid ampliou e institucionalizou a segregação racial existente.

Conforme a ausência de envolvimento internacional nas negociações que levaram ao acordo político da África do Sul foi apontada por alguns dos participantes como um dos ingredientes do sucesso do processo. Eles apresentam um quadro atraente dos problemas da África do Sul sendo resolvidos pelos próprios sul-africanos. Apesar de tumultos e terrorismo em casa e isolamento no exterior a partir da década de 1960, o regime branco manteve o sistema de apartheid com apenas um pequeno relaxamento até fevereiro de 1991. Nem a discriminação racial nem as políticas segregacionistas distinguiram a África do Sul de uma infinidade de outras sociedades, especialmente as do mundo colonial, durante a primeira metade do século XX. Antes da Segunda Guerra Mundial, nenhuma potência europeia considerava que qualquer uma de suas colônias gozaria de plena independência em um futuro próximo.

4 APATHEID NA NAMÍBIA

Os primeiros europeus na Namíbia foram os portugueses no final do século XV, tentando encontrar um caminho para a Índia. Os primeiros assentamentos europeus na Namíbia foram feitos por holandeses e britânicos no final do século 18, mas eles só mantinham portos na costa, e a maior parte da Namíbia permaneceu intocada pelos europeus até o final do século 19, como mostra a FIG. 2 (ANEXO B). Ao longo do século 19, missionários da Inglaterra trabalharam em toda a Namíbia (Woronoff, 1994, p. 58).

O aumento da presença alemã na Namíbia causou muitas mudanças na política, cultura e vida dentro dos grupos étnicos. As mudanças foram imediatas e drásticas quando a Namíbia foi subitamente confrontada com uma presença europeia. Os namibianos não receberam gentilmente a chegada dos alemães, pois havia pedidos escritos à Grã-Bretanha para proteção dos alemães dos Nama, Damaras e Basters.²⁴ A colonização da Alemanha não foi de forma alguma um processo pacífico, pois eles garantiram o controle do país por todos os meios necessários, recorrendo à violência quando os líderes namibianos não assinavam tratados.

Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as tropas sul-africanas ocuparam o Sudoeste da África (Namíbia) em nome do rei britânico, e foram recompensados com a território sob mandato da Liga das Nações em 1920. General Jan Smuts, ex-líder Boer e co-fundador da Liga, falou do estado obrigatório encarando sua posição como 'uma grande confiança e honra, não como um cargo de lucro ou uma posição de vantagem privada para

²⁴ Allan Cooper A Ocupação da Namíbia: Ataque dos Afrikaners Dom ao Império Britânico. Lanham, MD: United Press of America, 1991, p. 15.

seu próprio nacionais' (Du Pisani, 1986).²⁵

Em 1946, a África do Sul solicitou a incorporação de Sudoeste da África²⁶ à África do Sul, como mostra a FIG. 3 (ANEXO C). Mesmo a Assembleia Geral das Nações Unidas recusou e África Sul, por sua vez, recusou-se a colocar a Namíbia sob o Sistema de Tutela, mas concordou em continuar a apresentar relatórios anuais.²⁷

Após a Segunda Guerra Mundial, a África do Sul estendeu suas políticas de apartheid ao território e tornou-se um ocupante militar. O crescimento de unidades militares nos últimos alguns anos foi acompanhado por aumento do nível de atrocidades perpetradas pela força sul-africana contra a população local. Esses desenvolvimentos são diretamente relacionados, pois a expansão de unidades militares sinalizou a determinação do regime das SA em empregar força bruta à luz de seu fracasso em ganhar sua campanha pelos corações e mentes do povo.

Na década de 1950, o governo sul-africano começou a implementar suas políticas domésticas de apartheid na Namíbia. Aliados à introdução da educação bantu, as indignidades mesquinhas do apartheid e as árduas condições dos trabalhadores migrantes, as remoções forçadas das pessoas para as áreas segregadas e reservadas aos negros e as reservas distantes deram mais motivo para aumentar o descontentamento. As leis sul-africanas do apartheid foram estendidas à Namíbia e impediram que os namibianos negros tivessem quaisquer

²⁵ Du Pisani, 1986, p. 1.

²⁶ O Sudoeste da África é o nome em que era conhecida a atual Namíbia quando foi governada pelo Império Alemão e posteriormente pela África do Sul.

²⁷ The trusteeship system, like the mandate system, was established on the premise that colonial territories taken from countries defeated in war should not be annexed by the victorious powers, but should be administered by a country under international supervision until its status future was determined. United Nations with Special Reference to the Trust Territories in Africa, p 351.

direitos políticos, bem como liberdades sociais e econômicas restritas.

Os líderes tradicionais fizeram uma petição à ONU contra o domínio sul-africano. Os namibianos que serviram com as forças aliadas na Segunda Guerra Mundial começaram a exigir democracia para si. A insatisfação com o domínio missionário levou à formação de igrejas independentes como a Igreja Episcopal Metodista Africana e a Igreja de Oruano, cujos líderes muitas vezes também eram ativos na resistência política. Do norte, vozes de protesto logo se juntaram a trabalhadores migrantes, que eventualmente formaram o Congresso Popular de Ovamboland (OPC) em 1957, mais tarde chamado de Organização Popular de Ovamboland (OPO) (Hillebrecht, Werner, 2006).²⁸

A transferência forçada da população negra de Windhoek para a recém-construída Katutura Township foi a gota d'água para que se chegasse a um ponto crítico em 1959. A polícia abriu fogo numa multidão de protestantes desarmados em Windhoek em 10 de dezembro de 1959, matando 12 e ferindo muitos outros (Hillebrecht, Werner, 2006).

Esse protesto e a sua supressão pelo regime ataçaram ainda mais as chamas da resistência. Organizações de professores, igrejas independentes, associações de trabalhadores migrantes e alguns líderes tradicionais trabalharam para formar duas organizações políticas nacionais em 1959: a União Nacional do Sudoeste Africano (SWANU), amplamente baseada nas regiões central e sul, e o norte do Sudoeste Organização Popular da África (SWAPO), que teve suas raízes na OPO. Os dois movimentos originalmente tinham poucas diferenças ideológicas, mas a divisão entre seus líderes continuou aumentando. Eventualmente, a SWAPO tornou-se uma organização mais estável e baseada em massa.

²⁸ Hillebrecht, Werner, 2006, p. 3

A repressão após a ação policial de dezembro de 1959 forçou os primeiros namibianos ao exílio. Vários líderes dos dois partidos políticos, inclusive o presidente da SWAPO (subsequentemente da Namíbia) Sam Nujoma, foram forçados a sair do país para evitar serem presos. A maioria dos exilados se dirigiu para a recém-independente Tanzânia, uma sede para os ativistas de libertação provenientes de toda a África Austral.

Um relatório do Comitê sobre Namíbia para a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1960 deu alguma indicação da natureza da atividade militar da África do Sul no território, e expressou a crescente preocupação sentida pelo Comitê com a violação de o Mandato.

O sistema de governo regional do apartheid caracterizou-se pela criação de pátrias impostas artificialmente dentro das quais os africanos eram confinados em suas residências, exceto para viagens a tarefas de trabalho. Essas pátrias facilitaram a capacidade dos colonos brancos do Sudoeste Africano de explorar a população africana como mineiros mal pagos e trabalhadores em fazendas administradas por brancos. A riqueza da Namíbia foi provavelmente uma das razões pelas quais a África do Sul não quis renunciar ao seu poder sobre o país, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Conforme, um pouco mais tarde, grupos de jovens estudantes e trabalhadores africanos começaram a formar grupos políticos para reunir aqueles dispostos a se sacrificar pela causa da independência. Os dois primeiros grupos principais eram conhecidos como a União Nacional do Sudoeste Africano (SWANU) e a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO). Sendo a Organização do Povo do Sudoeste da África (SWAPO)²⁹ foi principalmente

²⁹ A Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) foi fundada em Windhoek, Sudoeste Africano (atual Namíbia) em 19 de abril de 1960 por Herman Toivo ja Toivo. O partido foi originalmente formado para defender a independência imediata da Namíbia da África do Sul.

um movimento nacionalista da África Negra liderado por Sam Nujoma.³⁰

A agenda da SWAPO girava em torno da crença de que a luta de classes pela independência, liberdade política e social era necessária para criar uma mudança histórica na Namíbia e a SWAPO reivindicou o apoio de todas as tribos locais. No entanto, o governo sul-africano, na tentativa de dividir e conquistar, afirmou que a SWAPO era dominada pela tribo Ovambo³¹, que representa pouco mais da metade da população da Namíbia.

Depois que a África do Sul recusou uma ordem das Nações Unidas para se retirar do território da Namíbia, em 1966, a SWAPO estabeleceu o Exército Popular de Libertação da Namíbia (PLAN), e voltou-se para a luta armada.

Para Weber, Estado moderno é definido por sua capacidade de monopolizar o uso da força sobre determinado território e seu desenvolvimento histórico esteve atrelado às vitórias no campo de batalha. Assim, o prestígio cultural e o prestígio do poder estão intimamente associados. Cada guerra vitoriosa aumenta o prestígio cultural [do estado]” (Weber 1968).

Com a independência de Angola, em 1975, e com melhores linhas de abastecimento, a SWAPO conseguiu lançar uma séria campanha de guerrilha. Em 1978, SWAPO tinha cerca de 18.000 combatentes e poderia lançar 800 incursões na Namíbia contra bases do regime (Hillebrecht, Werner, 2006).

4.1 CRISE DO REGIME DE APARTHEID EM NAMÍBIA

Um crescente desafio ao regime foi exibido com mais veemência nas principais

³⁰ Sam Nujoma (nascido em 12 de maio de 1929) é um revolucionário namibiano, ativista *anti-apartheid* e político que serviu três mandatos como o primeiro presidente da Namíbia, de 1990 a 2005.

³¹ Ovambos são pessoas agrícolas que vivem principalmente no norte da Namíbia.

igrejas da Namíbia, que se manifestaram publicamente contra a dominação sul-africana por meio da Carta Aberta de 1970 ao Primeiro-Ministro da África do Sul, condenando tanto a ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul como a sua implementação de um sistema vicioso de apartheid.³²

Na antiguidade e idade média, as guerras eram provocadas especialmente por motivos étnicos e religiosos, ao passo que os conflitos em razão de interesses políticos e econômicos são mais recentes, desde que a Namíbia é um país rico em minerais como urânio, vanádio, lítio, tungstênio, além de diamantes.

Foram esses recursos minerais que encorajaram e motivaram a África do Sul a tentar manter a Namíbia ao longo dos muitos anos da revolução, 1966-1990. O governo sul-africano também acreditava que, mantendo a Namíbia, a guerra de guerrilhas em Angola seria mantida ainda mais longe da África do Sul como a SWAPO usou Angola como base para a guerrilha em solo namibiano.

De acordo com Freund (1995),

O conflito consiste em enfrentamento por choque intencional, entre dois seres ou grupos de mesma espécie que manifestam, uns em relação a outros, uma intenção hostil, em geral a um propósito de direito, para manter, afirmar ou restabelecer o direito. Trata-se de romper a resistência do outro, eventualmente, pelo recurso da violência, e que pode atender ao aniquilamento físico do outro (FREUND, 1995, p. 58).³³

Conforme a definição, o conflito trata de romper a resistência do outro, pois

³² No original: "Open Letter to His Honour The Prime Minister Of South Africa," Letter from the World Council of Churches to S. Nujoma (South West Africa People's Organisation), with attachments, July 19, 1971, World Council of Churches Library and Archives: Programme to Combat Racism, Melber and Saunders, 2001.

³³ No original: "El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres os grupos de la misma especie que manifiestan, los unos respecto a los otros, uma intención hostil, em general a propósito de un derecho, y que para mantener, afirmar o reestablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del otro eventualmente por el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender al aniquilamiento físico del otro".

consiste no confronto de duas vontades quando uma busca dominar a outra com a expectativa de lhe impor a sua solução. Essa tentativa de dominação pode se concretizar por meio da violência direta ou indireta, por meio da ameaça física ou psicológica.

Desse então, o primeiro grande confronto do conflito ocorreu em 26 de agosto de 1966, quando uma unidade da polícia sul-africana, apoiada pela Força Aérea Sul-Africana, trocou tiros com as forças da SWAPO. Esta data é considerada como o início do que ficou conhecido na África do Sul como a Guerra da Fronteira³⁴. A SWAPO era mais uma organização militar do que política, lançou operações militares contra as posições militares do governo sul-africano. Mesmo que, inicialmente a SWAPO sofreu pesadas perdas contra o Exército Sul-Africano, mas mais tarde a SWAPO foi apoiada pelo partido no poder angolano, Movimento Popular para a Libertação de Angola, Ex-União Soviética, governo norueguês e Congresso Nacional Africano.

Com a massiva escalada militar iniciada pela África do Sul na Namíbia durante a década de 1970, transformou o território em um dos mais o mundo em termos do número de tropas estrangeiras em relação ao local população. Esse impulso de militarização, em sua origem uma resposta ao crescimento das forças armadas resistência à ocupação sul-africana liderada pela SWAPO, foi pontuada por dois eventos. A primeira foi a greve geral na Namíbia em 1971-1972 e a segunda a derrota do colonialismo português em Angola e o declaração da independência em 1975.

Observamos que a meta dos grevistas foi a derrubada do sistema de contrato de trabalho. Conforme a maioria dos grevistas exigiram ser repatriados para o norte da Namíbia

³⁴ Guerra da Fronteira da África do Sul , também conhecida como Guerra da Independência da Namíbia , e às vezes denominada na África do Sul como Guerra Angolana de Bush , foi um conflito assimétrico que ocorreu na Namíbia (então Sudoeste da África Zâmbia e Angola) em 26 de agosto de 1966.

antes de estarem preparados para negociar. Isso lhes permitiria sobreviver em seus lotes de terra sem dependentes dos salários durante a greve. Também se adequou ao autoridades que preferiram afastar o confronto dos "brancos" áreas, e assim, em meados de janeiro 1972, mais de 13.000 trabalhadores foram transportados de volta para suas casas no norte.

Na década de 1980, a pressão política estava aumentando sobre os sul-africanos. Por exemplo, a ONU formou um "grupo de contato" de influentes potências ocidentais que incluíam o Reino Unido e os Estados Unidos da América para pressionar a África do Sul a conceder a independência da Namíbia. Os EUA ligaram a independência da Namíbia à questão das tropas cubanas que deixaram Angola. No entanto, o governo angolano temia que sobreviveria a uma retirada cubana e os sul-africanos tinham pouca intenção de dar à independência da Namíbia. Os ex-Soviéticos que tinham apoiado o governo angolano decidiram que era hora de retirar o seu apoio.

Enquanto isso, a África do Sul estava ficando cada vez mais isolada internacionalmente e o custo da intervenção militar estava aumentando. O governo sul-africano percebeu que se saíssem agora poderiam estabelecer alguns termos para a independência da Namíbia e proteger interesses empresariais sul-africanos.

4.2 FIM DO MANDATO SUL-AFRICANO NA NAMÍBIA

Em 1977, o Western Contact Group (WCG) foi formado, incluindo Canadá, França, Alemanha Ocidental, Reino Unido e Estados Unidos da América. Eles lançaram um esforço diplomático conjunto para realizar uma transição internacionalmente aceitável para o fim do *apartheid* e a independência da Namíbia. Os esforços do WCG levaram à apresentação, em 1978, da Resolução 435 do Conselho de Segurança para resolver o problema da Namíbia.

Conforme o acordo proposto, como ficou conhecido, foi elaborado após longas consultas com a África do Sul, estados da linha da frente (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué), SWAPO, funcionários da ONU e o Grupo de Contacto ocidental. Apelou à realização de eleições na Namíbia sob a supervisão e controlo da ONU, a cessação de todos os atos hostis de todas as partes e restrições às atividades das forças militares, paramilitares e policiais na África do Sul e na Namíbia.

Para o Peter B. Evans, A negociação internacional deve ser vista como um processo de dois gumes em que cada ator tenta levar em conta as reações esperadas tanto em nível doméstico quanto internacional. Os acordos em nível internacional mudam o caráter das restrições domésticas, enquanto o movimento da política doméstica abre novas possibilidades para os acordos internacionais. Os objetivos domésticos são perseguidos por meio de movimentos internacionais, e a politicagem doméstica é central para a negociação internacional. O papel dos fatores internacionais e domésticos na determinação dos resultados é simultâneo e mútuo (Evans, 1993, p. 397).

Percebemos que África do Sul concordou em cooperar para alcançar a implementação da Resolução 435. No entanto, em dezembro de 1978, desafiando a proposta da ONU, realizou eleições unilateralmente, que foram boicotadas pela SWAPO e alguns outros partidos políticos. Porém, a África do Sul continuou a administrar a Namíbia por meio de suas coalizões multirraciais instaladas e um Gerente Geral nomeado. As negociações após 1978 se concentraram em questões como a supervisão das eleições relacionadas à implementação do acordo proposto.

Com o apoio internacional, a SWAPO construiu grandes estruturas administrativas e educativas no exílio. Foi aberto em Lusaka o Instituto das Nações Unidas para a Namíbia

(UNIN) como uma instituição de treinamento de nível universitário e um banco de ideias para o planejamento de uma futura Namíbia independente. A subsequente implementação do “Plano 435” resultou de três processos diferentes.

Os custos crescentes em termos materiais e humanos da guerra na Namíbia e em Angola levaram os brancos sul-africanos a questionar a sabedoria da distante “guerra fronteiriça”. A batalha de Cuito Cuanavale em 1988, contra forças angolanas e cubanas, fez com que o exército sul-africano se desse conta de que estava perdendo o seu domínio mesmo em guerras convencionais. Além disso, a resistência crescente demonstrada pela sociedade civil na Namíbia, inclusive a constituição de sindicatos eficazes e de um forte movimento estudantil, impôs obstáculos as tentativas sul africanas de apropriar-se de políticos negros numa sucessão de governos internos.

A oposição da igreja ao apartheid ficou mais eficaz com a formação do Conselho de Igrejas da Namíbia, que agia como coordenador e condutor de apoio estrangeiro e recebimento de verbas de auxílio. A mídia independente, organizações de mulheres, formas de resistência popular ao nível de base e, com o passar do tempo, também um número pequeno, porém vociferante de brancos liberais ajudou a alargar o movimento de independência.

O Acordo de Brazzaville, assinado em dezembro de 1988 entre Angola, Cuba e África do Sul, abriu o caminho para a independência da Namíbia. Um período de transição de um ano foi implementado em abril de 1989 sob a autoridade do UN Transitional Assistance Group (Grupo Transicional de Auxílio da ONU, UNTAG)³⁵, que consistiu na mobilização de componentes

³⁵ O Grupo de Assistência à Transição das Nações Unidas (UNTAG) foi uma força de manutenção da paz das Nações Unidas (ONU) implantada de abril de 1989 a março de 1990 na Namíbia para monitorar o processo de paz e as eleições lá. A Namíbia estava ocupada pela África do Sul desde 1915, primeiro sob um mandato da Liga

militares e civis, a retirada de tropas sul-africanas, e a realização de eleições livres e justas. O acordo negociado internacionalmente resultou, depois de muitos atrasos e sacrifícios, pelo menos em uma grande transição pacífica para a independência com o envolvimento das Nações Unidas (National Democratic Institute 1990).³⁶

O processo de independência avançou apesar de combates entre os soldados da SWAPO e o exército sul-africano em abril de 1989. Milhares de exilados namibianos regressaram ao país. Como se podia esperar, a SWAPO dominou as eleições para a Assembleia Constitucional em novembro de 1989. A Assembleia adotou a nova constituição e declarou a independência da Namíbia em 21 de março de 1990.

Diante do exposto, podemos afirmar que a contribuição da ONU como organização internacional para o fim da política do apartheid na Namíbia e na África do Sul, reconhece o importante papel desempenhado por um ator regional como a Organização da Unidade Africana (OUA) e atores domésticos como os movimentos de libertação e seus líderes.

A independência da Namíbia foi também a conquista de uma comunidade internacional, que finalmente, após o fim do período da Guerra Fria, conseguiu encerrar longas e complicadas negociações diplomáticas dominadas principalmente pelos interesses estratégicos dos dois blocos de poder.

O acordo negociado internacionalmente resultou, depois de muitos atrasos e sacrifícios, pelo menos em uma grande transição pacífica para a independência com o envolvimento das Nações Unidas. Abriu caminho para um governo legítimo liderado pelo movimento de libertação anterior SWAPO, que obteve uma clara maioria absoluta nas

das Nações e depois ilegalmente.

³⁶ National Democratic Institute, 1990, p. 84.

primeiras eleições gerais supervisionadas internacionalmente em novembro de 1989.

O processo rumo à Independência foi, no entanto, marcado por uma agenda maior do que o há muito esperado direito à autodeterminação do povo namibiano. No contexto de uma estratégia de apaziguamento para a região da África Austral. A política de reconciliação nacional foi o reflexo de tal abordagem, pragmaticamente e não livre de interesses próprios seguidos pelo novo governo e movimento de libertação anterior. A Constituição adotada e amplamente elogiada foi uma mostra dos valores democráticos e das liberdades civis. Ao mesmo tempo, porém, estava contribuindo para a conservação do status quo das realidades socioeconômicas (Melber, 2000).

5 COMPARAÇÕES DO APARTHEID À DEMOCRACIA EM ÁFRICA DO SUL E NAMÍBIA

Mais de um século de domínio colonial terminou na Namíbia o quase 350 anos de domínio racial na África do Sul; ambos os países passaram de sistemas políticos altamente autoritários para formalmente democráticos. Para tornar o tópico gerenciável, vou me concentrar nas transições formais para democracia em África do Sul e Namíbia, e discutir essas transições em relação a processo e resultado.

No caso da Namíbia podemos datar a transição formal precisamente ao período de Abril de 1989, data da implementação do plano de assentamento das Nações Unidas (ONU), até 21 de março de 1990, data da independência. Esse foi o período do monitoramento internacional de um processo formal de transição. Porém, no caso da África do Sul, pode-se dizer que o período equivalente começou em 2 de fevereiro de 1990, quando F.W. de Klerk fez sua descoberta discurso, desbancando os movimentos de libertação e abrindo a porta para negociações políticas para uma nova constituição democrática. Pode-se dizer que tem terminou com a eleição fundadora de abril de 1994, que levou à transferência de poder a um governo de maioria no início de maio de 1994, ou com a aceitação da constituição definitiva no final de 1996, embora em alguns aspectos a transição política tenha continuado, mesmo depois disso.³⁷

Antes de chegar às comparações, veremos algumas palavras sobre links. Ambos os observadores e os principais participantes acreditavam há muito tempo que a independência da Namíbia era um prelúdio necessário para mudanças na própria África do Sul. Governos ocidentais trabalhar pela mudança na África Austral na totalidade nas décadas

³⁷ Melber, in News from the Nordic Africa Institute, January 2001.

de 1970 e 1980 constatou o conflito namibiano mais fácil de lidar do que o sul-africano, e acreditava que uma resolução pacífica do conflito namibiano ajudaria a dismantelar “apartheid” no país mais importante, a África do Sul.

Em ambos os países, a regra do apartheid foi modificada algum tempo antes de terminar. O regime de ocupação sul-africano na Namíbia aceitou a ideia de uma forma de independência para o território já em meados da década de 1970, e em 1978 o Ocidente Contact Group obteve o acordo do governo sul-africano e SWAPO para um plano de transição para uma independência internacionalmente reconhecida para a Namíbia.

Enquanto a implementação desse plano estava paralisada, o governo sul-africano regime introduziu mudanças destinadas a trazer uma parte cliente na Namíbia para qual poder poderia ser devolvido e que se esperava que eventualmente se tornasse um governo sucessor. Há diferença crucial para nossos propósitos aqui é o fato de que a Namíbia era uma colônia de fato da África do Sul, tornando o processo de transição um de descolonização, embora diferente de outros na África subsaariana em que o poder dominante estava ao lado e impôs as mesmas políticas de apartheid que no 'metrópole'.

Embora seja impossível aqui analisar as causas das duas transições em qualquer profundidade, podemos notar outra diferença fundamental: no caso da África do Sul havia muitas forças para a mudança, mas é geralmente aceito que a única mais importante para pôr fim ao apartheid não foi, digamos, a pressão externa por meio das ações armadas do Umkhonto we Sizwe (MK) ou internacional sanções, mas a resistência interna de meados da década de 1980, especialmente o protesto em massa contra o regime do apartheid no que é conhecido como a "revolta do município" de 1984- 1986. Foi essa revolta que, por exemplo, levou diretamente à imposição de sanções financeiras contra a África do Sul em 1985. Na

Namíbia, ao contrário, a estratégia diplomática e a ação armada da SWAPO, combinadas com a pressão internacional por uma resolução do conflito, incluindo a escalada cubana no sul de Angola em final de 1987, levou ao êxito das negociações em 1988 e à transição para a independência.

Em ambos os casos, as decisões tomadas pelo regime do apartheid no controle na época as transições formais começaram, foram cruciais no processo de mudança. Essas decisões P.W. A decisão de Botha em 1988 de se retirar da Namíbia e a decisão de de Klerk de fevereiro de 1990 para entrar em negociações formais com o ANC foram tomadas sob grande pressão, mas envolveu um elemento de escolha.

A África do Sul Força de Defesa havia recebido um grande revés ao ser mantida em um impasse fora Cuito Cuanavale em 1987–1988, mas não foi derrotado militarmente na guerra no sul de Angola. Embora em 1988 o regime do apartheid estivesse de costas para o muro, as forças de segurança permaneceram intactas e leais e é geralmente aceite que de Klerk poderia ter se mantido no poder por pelo menos mais um período de anos se tivesse desejado fazê-lo. Ao retirar-se primeiro da Namíbia e depois passar para as negociações na própria África do Sul, o regime do apartheid buscava recompensas e esperava ser capaz de gerir a mudança, acreditando que qualquer alternativa era menos desejável. De Klerk disse repetidamente ao seu eleitorado que essa era a lição do Zimbábue: a minoria branca dominante daquele país não havia negociado a tempo, desde uma posição de força relativa. No caso, é claro, de Klerk não foi capaz de gerenciar a mudança como ele esperava ser capaz.

Em nenhum dos casos o regime do apartheid foi derrubado pela força: nem PLAN, O exército da SWAPO, nem o MK, o braço armado do ANC, tiveram sucesso suficiente em termos militares para forçar Pretória a capitular. Uma série de negociações produzidas

acordos de compromisso, aceites pelo regime do apartheid John Vorster e P.W. Botha no caso da Namíbia, F.W. de Klerk no caso da África do Sul em si e o principal movimento de libertação. Em ambos os casos, o regime do apartheid veio a reconhecer que a possível chegada ao poder da principal libertação movimento não seria tão desastroso como se pensava anteriormente, e que os riscos valiam a pena para os benefícios que provavelmente se acumulariam.

A partir de meados da década de 1980 as percepções do governo sul-africano começaram a mudar significativamente, os contatos com a SWAPO cresceram e, à medida que começaram a surgir evidências de que não era, afinal, comprometido com as políticas marxistas. Ao mesmo tempo, funcionários do governo começou secretamente a dialogar com o ANC. Quando Nelson Mandela começou considerar opções pacíficas e depois suspender a luta armada, a porta foi aberto a negociações formais. Em “conversas sobre negociações” no final dos anos 1980, o governo oficial passou a acreditar que o ANC abandonaria a nacionalização e aceitaria uma economia de livre iniciativa se chegasse ao poder. Sob influências semelhantes, no mesmo contexto global, ambos os movimentos de libertação abandonaram suas inclinações socialistas e concordou em trabalhar para o crescimento econômico dentro de uma estrutura capitalista. Mas havia diferenças cruciais no que podem parecer processos semelhantes.

Na sequência do facto de a Namíbia ser uma colônia, com um estatuto internacional especial status, significou que a comunidade internacional desempenhou um papel muito diferente nas duas transições formais. Embora governada pela África do Sul desde 1915, a Namíbia nunca foi formalmente parte da África do Sul, e gozava de um status internacional especial do momento em que se tornou um mandato sob a Liga das Nações.

As negociações sul-africanas foram, em outros aspectos, muito diferentes

daquelas que levou, em última análise, à independência e democracia da Namíbia. Na Namíbia caso houve uma série de negociações. Os de 1977-1978 envolveram o Western Contact Group e, separadamente, África do Sul e SWAPO, para formular um plano para levar a Namíbia à independência; aquelas realizadas no início da década de 1980 para tentar garantir a implementação do plano de assentamento envolveram uma gama mais ampla de partidos, incluindo os partidos internos promovidos pelos governantes sul-africanos, mas nada de substantivo foi alcançado. A segunda série de negociações substantivas, realizada em 1988 sob mediação dos Estados Unidos da América, levou a um acordo entre o África do Sul, Cuba e Angola sobre a implementação do plano de colonização. A transição sul-africana foi muito diferente. Enquanto o plano ocidental havia estabelecido um cronograma para a transição formal e um conjunto de procedimentos para como aconteceria na Namíbia, na África do Sul não havia roteiro planejado com antecedência para a maneira como o país se moveria para regra democrática. Apesar de todas essas muitas diferenças, são as semelhanças que são mais marcantes quando os resultados são considerados.

Em ambos os países, uma constituição democrática liberal foi acordada, prevendo eleições multipartidárias regulares e um judiciário independente. Dado o quão altamente autoritário e coercitivo o regime do *apartheid* havia sido, dominando, cada vez mais, a formulação de políticas, na década de 1980, e quão antidemocráticos os movimentos de libertação no exílio eram em suas práticas, nascidos em parte da guerra que travavam, tal resultado não era inevitável. Isso aí onde os resultados democráticos devem ser parcialmente explicados, é claro, pela mudança para sistemas democráticos e influências dos países ocidentais e movimentos de solidariedade. A filosofia da SWAPO tinha sido influenciada pelos sul-africanos liberais e pessoas da igreja namibiana, enquanto o ANC tinha uma longa história

de compromisso com a democracia.

Na África do Sul, a revolta de Soweto de 1976, que deu início a uma nova e mais profunda crise de legitimidade para o regime do apartheid, inaugurou uma era de reforma do apartheid. Pode-se argumentar tanto para a Namíbia como para África do Sul que essas transições mais longas durante as quais uma repressão extremamente brutal acompanhou períodos de relativa liberalização ajudaram a processos de mudança quando começaram as transições formais de 1989-90 e 1989-94.

Apesar de toda a sua brutalidade, continuou, sob o apartheid, uma aparência de democracia processo para os brancos, e assim a transição, quando veio, poderia ser apresentada como o extensão da democracia a toda a sociedade, e não o início de uma novo sistema de governo Uma transição bem sucedida para a democracia na Namíbia, em suma, ajudaria a tornar possível um processo semelhante na África do Sul. Uma visão contrária que se a Namíbia estivesse “perdida”, os brancos da África do Sul se retirariam ainda mais para um acampamento e ser ainda mais resistente à mudança provou ser incorreto.

Desvendar essa complexidade é, nós diremos, não apenas um exercício estimulante e valioso em si mesmo, mas pode oferecer uma nova iluminação de cada caso individual e sugerir linhas para futuras pesquisas. A descolonização formal na África foi em geral completada com as mudanças dramáticas na região sul durante o último quartel do século XX. Em meados da década de 1970, o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA)³⁸ em Angola e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)³⁹ em Moçambique tomaram

³⁸ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é um partido político Angolano, que governa o país desde sua independência de Portugal em 1975.

³⁹ A Frente de Libertação de Moçambique, também conhecida por seu acrônimo FRELIMO, é um partido político oficialmente fundado em 25 de Junho de 1962 (como movimento nacionalista), com o objectivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português. University of Michigan, 1976, P. 99.

o poder estatal após o golpe em Portugal. Em 1980, a União Nacional Africana do Zimbábue Frente Patriótica (ZANU/PF)⁴⁰ assumiu o controle do Zimbábue após as primeiras eleições gerais. Em 1990, a SWAPO ganhou poder político na Namíbia como resultado de eleições supervisionadas internacionalmente. Finalmente, durante 1994, o sistema político democrático na África do Sul sob um governo liderado pelo ANC foi estabelecido como o último passo para uma mudança controlada na região da África Austral.

⁴⁰ A União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF) é uma organização política que tem sido o partido governante do Zimbábue desde a independência em 1980.

6 CONCLUSÃO

Por meio de um conjunto diversificado de estudos de Double-Edged Diplomacy exploramos com sucesso a hipótese dos 'jogos de dois níveis' nas negociações internacionais e mostra claramente que muitos acordos internacionais podem ser entendidos apenas em termos da interação entre a política doméstica e as preocupações internacionais.

Por meio das pressões por parte dos negros segregados e do embargo econômico implantado pelo governo norte-americano em 1986, o então presidente Frederik de Klerk alterou as leis que restringiam a participação negra e reformulou em sua totalidade sua essência racista.

Nossa discussão sobre semelhanças e diferenças nessas duas transições, assim definidas, foi necessariamente seletiva, mas procuramos destacar o que consideramos as principais características a serem comparadas. O objetivo não era chegar a grandes generalizações, aplicáveis à democratização em outros lugares. O que espero ter mostrado é que, por um lado, havia muitos processos amplamente semelhantes em funcionamento nas duas transições e, por outro, várias diferenças significativas. Seria de esperar processos semelhantes, dado que os mesmos governantes do apartheid estiveram envolvidos em ambas as transições e que as duas transições ocorreram com poucos anos de diferença uma da outra e sob muitas das mesmas influências externas. Em ambos os casos houve um acordo negociado, mesmo que isso tenha envolvido, na Namíbia, a retirada dos militares e da administração sul-africana, enquanto na própria África do Sul uma série de pactos de elite previa uma eleição fundadora. Isso levou diretamente a uma transferência de poder do antigo partido político no poder, atraindo seu apoio em grande parte da minoria branca, para o principal movimento de libertação, que a eleição mostrou ter o apoio da maioria.

O status internacional e colonial, especialmente da Namíbia, inevitavelmente, significava que a transição teria um caráter um pouco diferente daquele na África do Sul. Da mesma forma, a natureza dos dois países e seus tamanhos e complexidades levariam a esperar diferenças significativas. Mas a relação entre semelhança e diferença é, como tentamos mostrar, extremamente complexa e opera em diferentes níveis: grandes semelhanças podem ocultar diferenças específicas, enquanto diferenças aparentes podem obscurecer o que é de fato semelhante.

O propósito deste trabalho foi comparar as relações entre as pressões externas e internas que incidiram sobre os Governos da África do Sul e Namíbia. Podemos observar as fundamentais pressões externa e interna: no caso da África do Sul a mais importante para pôr fim ao apartheid não foi, digamos, a pressão externa por meio das ações armadas do Umkhonto we Sizwe (MK) ou sanções internacionais, mas foi a resistência interna da década de 1980, especialmente o protesto em massa contra o regime do apartheid e à imposição de sanções financeiras contra a África do Sul em 1985. Entretanto, na Namíbia, por outro lado, foi a estratégia diplomática e a ação armada da SWAPO, combinado com a pressão internacional que deram a solução do conflito, incluindo a escalada cubana no sul de Angola no final de 1987. Portanto, podemos dizer que o propósito deste trabalho foi atingido. Podemos ver que a possibilidade de acordos internacionais, bem como seu conteúdo, são determinados conjuntamente por fatores nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 129 p.
- Du Pisani, 1986. "Namibia: Impressions of independence". In Rich, P (Ed.). *The dynamics of change in southern Africa*. London: The Macmillan Press. pp. 1-217.
- FRANÇA, Júnia Lessa França & Ana Cristina de Vasconcellos. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. UFMG, 2004. 46 p.
- FREUND, Julien. *Sociología del Conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310 p.
- Grotper, John J. *Historical Dictionary of Namibia African Historical Dictionaries; No. 57, 1994, 58 p.*
- Guelke, *Rethinking the Rise and Fall of Apartheid: South Africa and World Politics, 2005, 31 p.*
- Henning Melber and Christopher Sanders, *Transition in Southern Africa – Comparative Aspects*. 2001, 28 p.
- Hillebrecht, Werner, *The Namibian liberation struggle; Aluka, 2006-10.*
- https://www.wikiwand.com/en/Peter_B._Evans
- Moravcsik, A. (1993) *Armamentos entre Aliados: Armas Franco-Alemãs Cooperação, 1975-1985*. Em Evans, P.B., Jacobson, H.K. e Putnam, R.D. (eds.), *Double Diplomacia Aguçada: Negociação Internacional e Política Doméstica* (Berkeley, Cal.: University of California Press).
- Peter Evans, Harold Jacobson, and Robert Putnam, eds., *Double Edged Diplomacy : International Bargaining and Domestic Politics* . Berkeley , University of California Press , 1993
- Peter B. Evans, *Double-Edged Diplomacy*, 1993. 397 p.
- Price, Robert M. (1991) *The Apartheid State in Crisis: Political Transformation in South Africa, 1975–1990*. New York: Oxford University Press.
- Robert D. Putnam, "Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of TwoLevel Games," *International*, 1993, 436 p.
- Smith, Ken (1988) *The Changing Past: Trends in South African Historical Writing*. Johannesburg: Southern Book Publishers.
- Souare, Issaka K. 2006. *Africa in the United Nations system: 1945–2005*. London, Adonis & Abbey Publishers.

Nancy L. Clark and William H. Worger, *South Africa - The Rise and Fall of Apartheid* Second Edition, 2011, 3 p.

University of Michigan. *Southern Africa: The Escalation of a Conflict*, 1976, 99 p.

Weber, M. *Economy and Society: An Outline of Interpretative Sociology*, 1968. 926 p.

ANEXO A

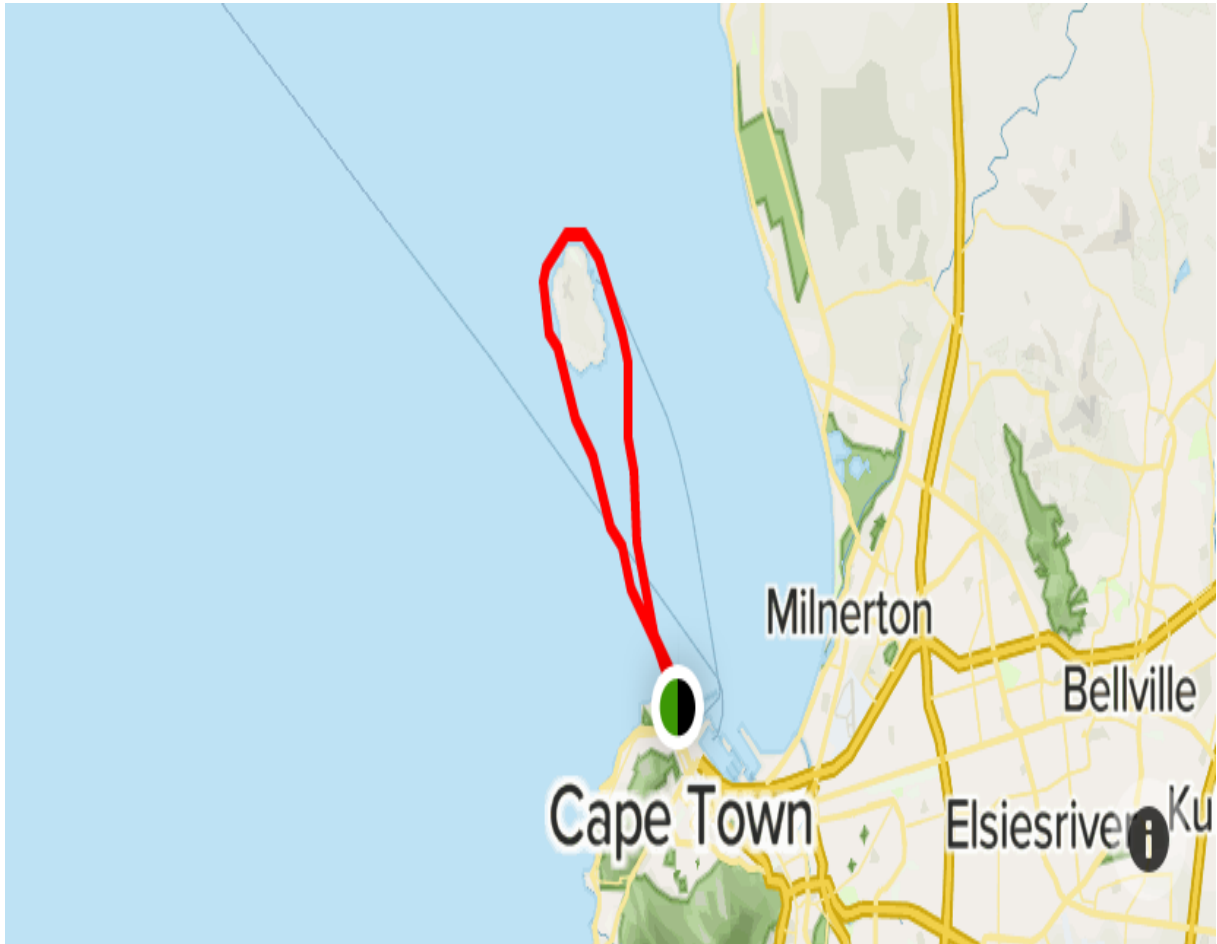


FIGURA 1 - Robben Island Paddle | Map, Guide - Western Cape, South Africa

Fonte: <https://www.theheritageportal.co.za/files/map-south-africa-union-1910png>

ANEXO B

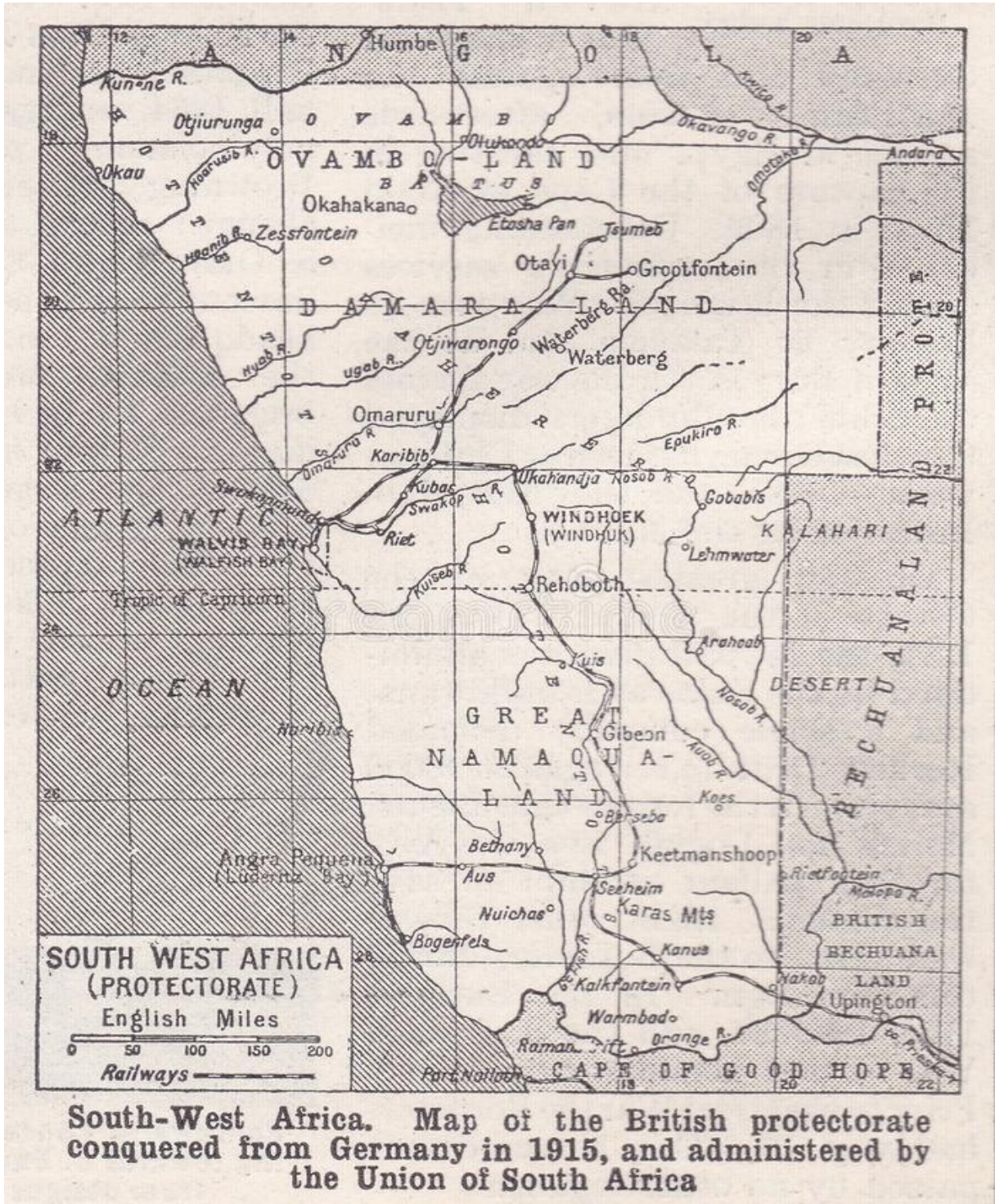


FIGURA 2 - Mapa da Namíbia

Fonte: <https://pt.dreamstime.com/vintage-map-do-protetorado-image232901597>

ANEXO C



FIGURA 3 - Mapa da Africa do Sul e Namíbia

Fonte: <https://pt.dreamstime.com/vintage-map-do-protetorado>